



doi: 10.20396/rfe.v11i1.8654796

Ciência e subjetividade na perspectiva de Hilton Japiassu.

Vanessa Sousa de Oliveira

Resumo:

As transformações epistemológicas que presenciamos nos últimos cinquenta anos, fundamentadas no questionamento ao Positivismo, alteraram profundamente o modo de pensar a relação entre ciência e subjetividade. Nesse contexto, cabe perguntar como essa relação é abordada nas Ciências Humanas/Sociais. O ensaio discorre sobre como as Epistemologias da Subjetividade se apresentam diante dessa relação, qual o papel social delegado ao cientista, sujeito e objeto de suas próprias práticas, e como a discussão é abordada pelo filósofo Hilton Japiassu.

Palavras-chave: Ciência. Subjetividade. Hilton Japiassu.

Resumen:

Las transformaciones epistemológicas que presenciamos en los últimos cincuenta años, fundamentadas en los cuestionamientos del Positivismo, alteran profundamente el modo de pensar entre ciencia y subjetividad. Dentro de este contexto, es importante preguntar como esta relación es abordada en las Ciencias Humanas/Sociales. El ensayo argumenta sobre como las Epistemologías de la Subjetividad se presentan delante de esa relación, que tiene un papel social delegada al científico, sujeto y objeto de sus propias prácticas, y como la discusión se aborda por el filósofo Hilton Japiassu.

Palabras-clave: Ciencia. Subjetividad. Hilton Japiassu.

Abstract:

The epistemological transformations that we have witnessed within the past fifty years, grounded on the questioning to Positivism, have profoundly changed the way of thinking the relationship between science and subjectivity. In this context, it is appropriate to ask about how this relationship is addressed in the Human/Social Sciences. The essay discourses about how the Epistemologies of Subjectivity are presented before this relationship, what is the social role delegated to the scientist, subject and object of his or her own practices, and how the discussion is covered by the philosopher Hilton Japiassu.

Keywords: Science. Subjectivity. Hilton Japiassu.

Introdução

A ciência é uma linguagem moderna de produção de conhecimento que gera impactos profundos na vida social. Sua construção histórica em muito se pautou na lógica da verdade, ao buscar nos fenômenos naturais e sociais um sentido teleológico, a posição de uma entidade suprasocial, personificada pela razão, produzindo uma visão de que os cientistas não são sujeitos de suas criações.

Ao compreender a ciência como um campo de lutas por hegemonia, poder e legitimidade, os cientistas são cobrados acerca de seu posicionamento político e epistemológico, já que sua produção gera efeitos sociais. O conhecimento, apesar de transitório e de estar sempre em processo, produz impactos e gera responsabilidades.

Questões de natureza ética e moral norteiam a discussão sobre os usos sociais da ciência. No campo das Ciências Humanas e Sociais, que tenta vislumbrar os sujeitos em suas interações, mediados por pesquisadores que pertencem ao próprio contexto do humano, a discussão sobre a relação entre subjetividade e ciência perpassa a trama da pesquisa, orientando todas as suas etapas.

1. Epistemologias da Subjetividade

A ciência é um fenômeno moderno. Uma linguagem sobre o mundo que começa a ganhar forma por volta do século XVIII. É para o mundo físico que ela se volta, desenha suas estruturas de validação e consolida sua lógica na dimensão material, ao alcance da razão e da cognição humanas.

A contraposição entre o material e o simbólico estabelece o mais duradouro pilar epistemológico para o entendimento da natureza como um dado objetivo, e da cultura como artifício - uma segunda natureza. O fortalecimento do método experimental permite o alcance do mundo físico, o dado objetivo, distanciado, positivo.

As características que definem a ciência positiva e seu modo de produzir e validar o conhecimento, baseadas na dualidade platônica, na quantificação totalizante e explicativa dos fenômenos, na linguagem da

física clássica e na neutralidade passam a ser contestadas. Kincheloe e Berry (2007) afirmam que o reducionismo, a fragmentação e a dita neutralidade dos métodos positivistas legitimam relações desiguais de poder.

A pesquisa científica em Ciências Humanas e Sociais admite abordagens híbridas para melhor compreensão do fenômeno. A diversidade metodológica e epistemológica rebate a tradição positivista, já que *para esta corrente, todo constructo teórico tem de ser rigorosamente articulado, segundo as condições lógico-formais e tem de referir-se à sua base observacional* (Gamboa, 2008, p. 30).

Nessa trajetória de construção e legitimação da ciência como sistema de conhecimento, do pensamento cartesiano à complexidade, o fazer científico em muito se diversificou, ampliou seus processos, ressignificou o entendimento sobre validação e plausibilidade de procedimentos adotados e resultados obtidos.

Ao desconstruir mitos como o de que o método científico segue um padrão universal, aplicado a qualquer fenômeno, sustentado por uma dita neutralidade, que compreendia os pesquisadores como agentes externos ao processo de pesquisa, a toda investigação equivale uma escolha consciente de uma posição epistemológica.

Não há conhecimento que não passe pelos sentidos dados ao mundo e pela experiência vivida. O conhecimento media a relação entre linguagem e concepções de realidade. O real é tão construído quanto o método científico. Os modos de conhecer os fenômenos sociais organizam as formas de dar sentido às vivências.

Ao inserir o elemento subjetivo na ciência, reconhece-se que o real é heterogêneo, as experiências de conhecimento possuem singularidades, o psíquico e o cognitivo são indissociáveis, o afeto como componente do conhecimento, o uso da inferência como método, geram uma relação intersubjetiva entre sujeito e objeto.

Nessa perspectiva, elementos ‘invisíveis’ das relações sociais passam a compor o contexto de elaboração do discurso científico, tais como os jogos de poder, os lugares de fala, os discursos periféricos. A aceitação

de referenciais subjetivos dá-se pelas mudanças nos critérios e procedimentos empregados e pelo reconhecimento da validade de discursos como a religião, a mitologia e o senso comum.

As diversas tendências epistemológicas e metodológicas que refutam o positivismo, o fazem com base na ideia de que é necessário admitir a pluralidade de abordagens para enriquecer o estudo dos fenômenos sociais.

O pensamento dialético é uma filosofia e ao mesmo tempo um método. A dialética compreende o real como uma dinâmica de oposições. Por meio de mediações, o conflito entre os opostos constroi o novo. É do jogo de opostos que surge o novo. É necessário entender a realidade como totalidade em que se desenvolve um jogo de contrários.

A Fenomenologia se refere ao estudo dos fenômenos na forma em que manifestam, como modo de compreender os fenômenos, propondo ser uma análise compreensiva da consciência. Como método, busca entender o mundo concreto a partir de sua manifestação. A apreensão dos fenômenos pelo sujeito é única, o que torna inviável a produção de generalizações.

A hermenêutica se preocupa com a apreensão dos sentidos dos fenômenos, com os significados das ações humanas. Seus conceitos fundamentais são o sentido, a compreensão, a interpretação e tem como princípios básicos a indissociação entre sujeito e objeto, a circularidade entre o todo e as partes, além da pré-compreensão como ponto de partida do conhecimento.

Os jogos ocorrem na interação e neste processo as regras, o acaso e os acontecimentos específicos constituem-se em novas possibilidades. *As regras, as estratégias e táticas dos jogadores podem mudar, portanto o jogo torna-se imprevisível, dotado de uma história natural e social dinâmica* (Cerutti apud Miranda, 2005, p. 242).

Munida da discussão contemporânea que considera o fazer científico hegemônico - baseado no conhecimento disciplinar e no alto grau de especialização - como insuficientes para compreender a complexidade das questões atuais, Baumgarten (2009) aponta para a perspectiva da

complexidade como estrutura epistemológica capaz de lidar com as incertezas do mundo contemporâneo (p. 14).

A teoria da complexidade compreende que os fenômenos humanos possuem caráter multidimensional, portanto, com inúmeras facetas, que não devem ser estudadas de modo dissociado, compartimentado. A verdade encontra-se em uma posição parcial e temporária, pois depende dos atores envolvidos e do contexto sócio histórico de produção do conhecimento.

A dúvida e a incerteza compõem a construção do conhecimento. Essa diversificação de perspectiva epistemológica no campo científico contribui para o enfraquecimento de um falso dilema entre Ciências Humanas e Ciências Exatas.

Os discursos passam a emanar de diferentes fontes e cabe aos cientistas criar métodos que se mostrem aptos a dar forma, consistência e coerência, tecendo a trama de conhecimento no qual esse diálogo seja possível. *A ciência é condicionada por fatores extracientíficos, isto é, pelos contextos histórico, sócio-econômico, tecnológico, ideológico e psicológico* (Leite, 1993, p. 26).

2. A subjetividade dos cientistas

O papel social da ciência e dos cientistas – os intelectuais da modernidade e do pensamento burguês – vem sofrendo profundas transformações. A crença no progresso, muito abalada por suas próprias idiossincrasias, colocou em xeque a modernidade e suas instituições. O discurso positivista, que reconhece a razão como único meio possível de acesso ao conhecimento, vem sendo sistematicamente questionado.

A racionalidade científica era vista como uma instituição capaz de garantir o curso da história em direção a uma sociedade plenamente desenvolvida. Como na religião, a direção apontada, pautada em um método universal, conduzia à tão almejada verdade, às certezas explicitadas por argumentos testados e comprovados.

Se pensarmos o papel social da ciência na perspectiva Comtiana, como uma estrutura institucionalizada com a finalidade de intervir no social

por meio da utilização de conhecimento produzido sem vícios ou privilégios, na ciência e em seus sacerdotes – os cientistas – foram depositadas as esperanças de construção de um mundo mais justo e igualitário.

Cabe aos cientistas revelar a ordem do mundo (Comte, 2002). Para tanto, o saber humano a respeito da vida social deveria ser sistematizado de acordo com princípios adotados na tradição científica biológica e das ciências exatas. Era fundamental tornar visíveis as leis gerais que regiam a sociedade, assim como no mundo físico. Revelar as leis que conduzem o social ‘iluminava’ sua ação e tinham como função promover o bem-estar social.

Essa concepção de que o conhecimento não é construído, mas revelado e direcionado a um fim, foi sedimento para a hegemonia do moderno discurso científico e deu aos cientistas o lugar tão significativo que ocupam hoje. A legitimidade de seu discurso esteve pautada na ideia de que a ciência é uma esfera autônoma, expressa por características metafísicas como objetividade, neutralidade e imparcialidade.

Essa concepção de que o conhecimento não é construído, mas revelado e direcionado a um fim, foi sedimento para a hegemonia do moderno discurso científico e deu aos cientistas o lugar tão significativo que ocupam hoje. A legitimidade de seu discurso esteve pautado na ideia de que a ciência é uma esfera autônoma, expressa por características metafísicas como objetividade, neutralidade e imparcialidade.

Cientistas sociais como Max Weber compreendiam as esferas da ciência e da política como autônomas entre si, sem se entrelaçar ou se comunicar, tampouco interferir uma na outra. O lugar dos cientistas apresentava-se como neutro na produção do discurso, do modo de fazer ciência, de sua posição perante os objetos de estudo, das consequências de sua criação. Estariam no mundo social sem se deixar ‘contaminar’ por ele.

Gramsci (1982) rompe com esse discurso ao afirmar que os intelectuais têm uma função essencial em todas as camadas sociais: o de formar os discursos adotados pelos grupos, influenciando a posição política,

a distribuição de poder e a produção dos consensos, que atuam como alicerces da hegemonia de um grupo na sociedade.

Gramsci (1982) denomina por intelectuais os sujeitos que exercem funções organizacionais em um campo do social, seja de produção material ou simbólica, em diferentes formatos de sociedade e assumem o papel de mediadores entre os cidadãos e a estrutura administrativa. A função sociopolítica depende da posição que ocupam: como membros das classes dominadas ou como parte das classes dominantes.

Ao pensarmos nos cientistas como um dos grupos de intelectuais que por meio de sua posição influenciam a formação dos discursos sociais dominantes, a tradição positivista na qual foram moldados os cientistas modernos em nada pode ser retratada como neutra. Apesar de postular princípios como objetividade, neutralidade e imparcialidade, possuíam um projeto político de intervenção baseado na crença no progresso e na evolução social, sob a perspectiva de um grupo hegemônico.

O campo científico coloca em perspectiva o componente ético como seu balisador, pois o processo de pesquisa e seus resultados podem ser de grande prejuízo aos participantes e à sociedade como um todo. Kelman (1982) aponta que a ética como bússola das interações humanas garante as condições para o pleno desenvolvimento e satisfação de suas potencialidades.

Esses potenciais se expressam na preservação da dignidade humana, compreendida como uma finalidade em si mesma, que se compõe de uma identidade pessoal, autônoma para distinguir as pessoas umas das outras, e de uma comunidade, a vinculação dos sujeitos a redes sociais de acolhimento e proteção, que permitem o equilíbrio entre individual e coletivo (Kelman, 1982).

O pleno desenvolvimento e a satisfação dos potenciais humanos dependem das condições sociais de garantia da dignidade. Daí a correlação entre pesquisa social, ética e responsabilidade dos pesquisadores (Kelman, 1982). Para ser cientista é preciso articular a pesquisa aos pressupostos científicos, costurar a relação entre objeto, teoria e método. *Para tanto,*

parte-se do princípio de interação social, entre o pesquisador e o objeto, pela qual se constroi e transmite significados (Miranda, 2005, p. 245).

O modo como valores e crenças dos pesquisadores afetam a pesquisa, segundo Gunther (2006), podem ser colocados em perspectiva por meio de sua inserção em redes institucionais mais amplas, como no processo de produção das políticas públicas, que ocorre na esfera pública, envolve uma diversidade de atores e despersonaliza a atuação individual.

Sobrinho (2014) aponta para o papel social da produção científica em uma sociedade organizada sob a lógica do capitalismo neoliberal, em que o conhecimento tem valor financeiro e comercial, aderindo às lógicas de competição por recurso, visibilidade e prestígio, produzido para atender interesses setoriais.

No momento histórico em que migramos para uma sociedade na qual o conhecimento é um bem público, acessível a diferentes segmentos sociais, com alto impacto nas transformações sociais em curso, os cientistas não podem ignorar a dimensão pública da produção de conhecimento em uma sociedade capitalista, nem o papel que desempenham nessa estrutura.

3. Ciência e subjetividade em Hilton Japiassu

A produção histórica da ciência, constituída pela visão cartesiana, que dissocia e hierarquiza sujeito e objeto, desumanizou o ser humano por não reconhecer que sua natureza envolve os domínios empírico e transcendental em diálogo, já que *as ciências humanas negam não somente o sujeito, mas também o objeto 'homem'* (Japiassu, 1982, p. 9).

É na ambiguidade da posição dos cientistas enquanto seres que conhecem e objetos do conhecimento produzido que se manifesta o humano. Para Japiassu *a oposição interior/exterior, sobre o qual apoiava-se o ideal científico de objetividade, também é posto em questão, na medida em que não consegue mais corresponder de modo rigoroso, a oposição das duas substâncias cartesianas* (1982, p. 11).

Japiassu (1982) é enfático ao afirmar a não existência de uma ciência como entidade atemporal e extra social, capaz de revelar a *verdade* sobre a

natureza e a sociedade aos seres humanos. A ciência é produto dos contextos históricos de elaboração dos saberes sociais. A ciência é uma prática de domínio autônomo de conhecimento, o que não significa desvinculação de suas origens de produção.

Do ponto de vista epistemológico, Japiassu (1982) aponta que a ciência possui uma lógica interna própria, com ênfase especial à especificidade da atividade científica. Entretanto não se encontra isolada de outros campos de conhecimento como a Filosofia e a História, mantendo laços estreitos com elas. É nessa aproximação com outros campos de conhecimento que a ciência pensa e se repensa enquanto atividade humana.

(...) todas as formas que as ciências revestem nas diversas civilizações e culturas, e porque estão primordialmente preocupados com a análise da inserção do 'saber' em seus diversos contextos socioculturais, quer dizer, em seu enraizamento espaciotemporal e em suas condições reais de produção (Japiassu, 1982, p. 34).

As representações sobre os cientistas ao longo da história da ciência os caracterizam como indivíduos apartados, descolados dos contextos sociais de produção do conhecimento. Japiassu (1982) questiona esse discurso ao abordar que fatores internos e externos influenciam seu desenvolvimento, portanto, os cientistas se encontram inseridos nessas dinâmicas.

Japiassu (1982) divide o conhecimento científico em lógico-matemático, físico-fisiológico e as ciências humanas, divididos em três eixos epistemológicos: Matemática, Biologia e História. Para ele existem apenas duas formas de ciência contemporânea: uma de caráter cientificista e outra de caráter teórico e prático.

Japiassu (1982) aponta que a redução das Ciências Humanas aos modelos explicativos das Ciências Naturais retardou a constituição de uma epistemologia própria ao estudo seu objeto, histórico por definição, já que nunca é, sempre está. Com base nesse entendimento, *a verdade passa a ser uma procura da verdade, ou uma verdade em busca* (Japiassu, 1982, p. 46). Sendo assim, a verdade é um construto temporário, pois está em devir. É preciso construir uma teoria do conhecimento que apreenda a subjetividade.

Ele considera o método hermenêutico como aquele que permite aos cientistas conciliar explicação e compreensão dos fenômenos humanos. É uma filosofia que pensa o ser humano no seu momento. *Não há nenhuma ideia sobre a natureza humana que não seja, direta ou indiretamente, veiculada por uma filosofia e que não esteja impregnada de uma conotação valorativa* (Japiassu, 1982, p. 151).

O método hermenêutico propõe-se a decifrar o escopo da vida subjetiva, dando aos elementos do espírito o status de objeto de estudo, por meio de um método constituído para apreender suas singularidades. *É a partir do modo como o sujeito se compreende que pode chegar a compreensão dos outros, seja mediante seus comportamentos. E é por isso que toda a compreensão implica uma autocompreensão* (Japiassu, 1982, p. 161).

A subjetividade como objeto de estudo da ciência, é negligenciada pelas próprias correntes das Ciências Humanas. Japiassu critica a lógica de categorização dos fenômenos sociais em sistemas e estruturas, conceitos totalizantes que desumanizam tanto o sujeito real, aquele que vive a experiência, quanto o sujeito pensante, que reflete sobre a própria existência.

Japiassu (1982) aponta para a coexistência de duas dimensões do conhecimento: como processo - momento no qual os conflitos quanto à produção do saber se fazem presentes e as questões de cunho histórico, político, ideológico se mostram e como produto - momento em que os consensos são construídos e apresentados na arena científica, temporariamente estático. A verdade está impregnada pelo efêmero.

Considerações

O modo de pensar a relação entre ciência e subjetividade vem sofrendo grandes transformações nas últimas cinco décadas. As epistemologias da subjetividade adotam a concepção de verdade como uma condição temporária de produção de conhecimento, que é reconhecida e

legitimada por seus pares em um tempo histórico e um espaço social pautado por sistemas de crenças e relações de poder, aproximando-se assim, da Filosofia e da História.

Tomar a subjetividade como parte da produção de conhecimento sobre o fenômeno estudado é uma faceta da relação entre sujeitos que pesquisam e seus objetos de estudo. Japiassu (1982) considera não ser possível dissociá-los, pois o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível constituem-se em uma unidade. Ao negar o sujeito seu lugar de fala, nega-se ao ser humano a perspectiva de ser sujeito e objeto de conhecimento.

Para Japiassu (1982), quanto mais ‘científicas’ tornam-se as Ciências Humanas e Sociais, mais elas se desumanizam, se distanciam do seu objeto de pesquisa – os seres humanos. O sujeito que vive a experiência e o sujeito que reflete sobre a própria existência são indissociáveis. Esse diálogo com outras áreas de conhecimento é fundamental para atualizar os protocolos epistemológicos e metodológicos do campo científico e caracteriza a relação contemporânea entre ciência e subjetividade.

Referências

BARROS, Antonio Teixeira de. *A natureza interdisciplinar da Comunicação e o novo cenário da produção de conhecimento*. Disponível em <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/297/180>. Acesso em 22 out 2018.

BAUMGARTEN, Máira (2009) A prática científica na era do conhecimento: Metodologia e transdisciplinaridade. *Sociologias*, v. 11, n. 22, pp. 14-20. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n22/n22a02.pdf>>. Acesso em 10 set 2018.

COMTE, Auguste. *Discurso Preliminar Sobre o Espírito Positivo*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Ridendo Castigat Moret, 2002. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/comte.pdf>>. Acesso em 27 nov 2018.

GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. *A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil*. Brasília: LiberLivro, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUNTHER, Hartmut (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. vol. 22 no.2 Brasília, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em 02 nov 2018.

JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e Morte das Ciências Humanas*. Editora Francisco Alves, 1978.

KELMAN, Herbert C. (1982). Ethical issues in Different social Science Methods. In T. L. Beauchamp, R. L., Faden, R. R., Wallace Jr., R. J., Walters, L. (eds.), *Ethical Issues in Social Science Research* (pp. 40-89). Baltimore: John Hopkins University Press. Disponível em http://scholar.harvard.edu/hckelman/files/Ethical_issues_1982.pdf. Acesso em 17 nov 2018.

KINCHELOE, Joe L. e BERRY, Kathleen S. *Pesquisa em Educação, Conceituando a Bricolagem*. Porto Alegre (RS): ARTMED, 2007.

LEITE Somara B. (1993) Refletindo sobre o significado do conhecimento científico. Em *Aberto*, v. 12, n. 58, pp. 23-29. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1887/1858>>. Acesso em 20 out 2018.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa Social e Ação Pedagógica*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MIRANDA, Maria Irene (2005). A produção do conhecimento científico, os paradigmas epistemológicos e a pesquisa social. In *Educação e Filosofia*, nº 37, jan/jun, pp. 239-251.

Sobrinho, José D. (2014) Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 19, n. 3, pp. 643-662: Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300007>. Acesso em 7 out 2018.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 13ª Edição. São Paulo, SP: Cultrix, 1996.

Submetido em: 15/08/2019

Aceito em: 15/09/2019

Publicado em: 30/10/2019